

**SIGNIFICANDO E GARANTINDO A LÍNGUA NACIONAL: O PROCESSO DE  
HISTORICIZAÇÃO DA LÍNGUA PORTUGUESA DO BRASIL E A  
IMPLEMENTAÇÃO DA NOMENCLATURA GRAMATICAL BRASILEIRA**

**MEANING AND ENSURING THE NATIONAL LANGUAGE: THE HISTORICIZATION  
PROCESS OF THE BRAZILIAN PORTUGUESE AND IMPLEMENTATION OF  
BRAZILIAN GRAMMATICAL NOMENCLATURE**

Thaís de Araujo da Costa<sup>1</sup>  
Mestre em Letras  
Universidade Federal Fluminense  
(araujo\_thais@yahoo.com.br)

**RESUMO:** Falar de nomenclatura gramatical é falar de política linguística. Se essa nomenclatura de que se fala é a brasileira, fala-se também de um jogo paradoxal e incessante entre unidade e diversidade, entre evidenciamento e silenciamento, entre o dizível e o indizível. Eis o propósito deste artigo: à luz da Análise de Discurso, de Pêcheux e Orlandi, e do projeto História das Ideias Linguísticas, de Auroux e Orlandi, pretendemos desnaturalizar a literalidade que recobre o sentido de língua nacional, demonstrando a sua relação com a constituição do Estado e com a produção dos seus saberes metalinguísticos.

**Palavras-chave:** Análise de Discurso; História das Ideias Linguísticas; Gramática; NGB; Língua Nacional

**ABSTRACT:** Talking about grammatical nomenclature is talking about language policy. If this nomenclature is brazilian, we are also talking about a paradoxical and incessant game between unity and diversity, between evidence and silence, between what is allowed to say and what is not.. This is the purpose of this article: under the light of Discourse Analysis (DA) of Pecheux and Orlandi, and the project History of Linguistic Ideas of Auroux and Orlandi, we intend to desnaturalize the literal sense that covers the national language, showing its relationship with the state constitution and the production of its metalinguistic knowledge.

**Key words:** Discourse Analysis; History of Linguistic Ideas; NGB; grammar; Nacional Language

### **Língua e Estado: a produção do imaginário de brasilidade**

“A linguagem está materializada na ideologia e (...) a ideologia se manifesta na língua”.  
(ORLANDI, 2007c, p. 16)

A língua portuguesa do Brasil antes de ser significada como tal passou por um processo de historicização muito peculiar no qual, de acordo com Orlandi e Guimarães (2001), distinguem-se duas situações enunciativas, as quais exporemos mais adiante.

---

<sup>1</sup> Doutoranda em Estudos da Linguagem

Apesar de ter sido *transportada*<sup>2</sup> para o Brasil em 1500, somente após ser proclamada a independência brasileira, em 1822, sob a inspiração do movimento romântico, num gesto de reafirmação da cisão com a ex-metrópole e de reivindicação de uma identidade linguística nacional própria, surgiram as primeiras discussões sobre a língua falada na então ex-colônia. Tais discussões foram afastadas, ainda que temporariamente, pela troca do determinante *brasileira* ou *portuguesa* pelo determinante *nacional*. Em outras palavras, nesse momento, embora se evitasse nomear oficialmente a língua do Brasil como língua portuguesa ou como língua brasileira, de acordo com Orlandi e Guimarães (*idem*), o que passou a ser colocado com a denominação de língua enquanto língua nacional não foi a superioridade de uma língua em relação à outra, mas a “língua enquanto signo de nacionalidade, ou seja, em sua relação com a nação” (*idem*, p. 24).

Foi nesse período, mais especificamente em meados do século XIX, que se iniciou no Brasil o processo de gramatização da língua portuguesa. Entendemos processo de gramatização como o que fora definido por Aurox (1992), isto é, “processo que conduz a *descrever* e *instrumentar* uma língua na base de duas tecnologias, que são ainda hoje os pilares de nosso saber metalinguístico: a gramática e o dicionário” (*idem*, p. 65) [itálico do autor]. A questão da língua nacional está, portanto, intrinsecamente ligada a esse processo, pois é a partir da instrumentação dos seus saberes linguísticos que começou a ser produzido no Brasil recém-independente o efeito de evidenciamento da sua língua enquanto uma língua distinta da de Portugal, destacando-se as peculiaridades daquela em detrimento desta, ao mesmo tempo em que, paradoxalmente, eram apagadas as referências às variedades de uso existentes em território nacional em prol da (ilusão) de unidade linguística.

Visando à produção da unidade necessária à constituição da identidade linguística característica da brasilidade, as primeiras gramáticas brasileiras buscavam distanciar-se quanto ao conteúdo das gramáticas portuguesas, evidenciando o que havia de particular na língua do Brasil e recorrendo aos modelos

---

2 Orlandi (2002) define o transporte de uma língua como o transporte, sem inscrição histórica, dos processos de significação. Discursivamente, a autora distingue transporte e transferência, pois nesta há o trabalho da memória local, do saber discursivo e a produção de deslizamentos historicizados. A língua portuguesa foi, então, transportada para a colônia, mas chegando nela foi iniciado o processo de transferência, produzindo, a partir de então, efeitos de sentidos diferenciados.

clássicos para se legitimar em relação às outras línguas neolatinas já instrumentadas. Entretanto, quando no seu processo de gramatização a língua do Brasil foi incluída entre as línguas originárias diretamente do Latim, as gramáticas brasileiras, como resultado dessa inclusão, acabaram aproximando-se do modelo português e também do de todas as línguas neolatinas. Expliquemos: as línguas cuja gramatização se deu a partir do modelo latino receberam deste, de acordo com Aurox (1992), a “latinidade”, o que acarretou uma certa padronização das gramáticas neolatinas, as quais foram classificadas por este autor como “Gramáticas Estendidas do Latim”.

Para compreendermos melhor a relação entre língua, saberes metalinguísticos e identidade nacional, passamos aqui a discorrer sobre as noções de língua imaginária e língua fluida propostas por Orlandi (2008). Aquela, segundo a autora, é passível de sistematizações, pressupõe a estagnação, a disciplinarização da língua, ao passo que esta “não se deixa imobilizar nas redes dos sistemas e das fórmulas” (*idem*, p. 86) e pressupõe o movimento, a mudança contínua. Assim sendo, a gramática, conforme Agustini (2004), como não poderia deixar de ser devido a sua própria finalidade, debruça-se sobre a dimensão imaginária da língua. Ela, ainda de acordo com a autora, enquanto instrumento político – pois está, assim como a literatura, a serviço da constituição da identidade linguística nacional –, é a responsável pela produção da “realidade” de uma língua homogênea e imutável.

Ao identificarmos a língua nacional à língua imaginária passamos a compreender melhor o processo de identificação/subjetivação do falante/cidadão brasileiro. Afinal, lembremos: o que está em jogo quando a língua passa a ser considerada enquanto signo de identidade nacional é a sua relação com a nação (ORLANDI; GUIMARÃES, 2001) e, portanto, com os membros desta.

A partir do momento em que a língua nacional é significada e legitimada através dos instrumentos metalinguísticos, são criadas discursividades que limitam as possibilidades e as necessidades do dizer. A gramatização do português-brasileiro, então, pode ser entendida como o início de um momento que vem sendo processado desde antes da nossa independência, em que surgem novos sentidos e em que se configura uma nova subjetividade para o povo brasileiro; não se trata mais simplesmente de um povo colonizado pela metrópole portuguesa, mas de

cidadãos de uma nação independente e que, por isso, têm novas obrigações e deveres.

### **Do processo de gramatização da língua portuguesa falada no novo mundo: a publicação das primeiras gramáticas brasileiras**

Com vistas a melhor compreender os fatores que desencadearam o processo de gramatização no Brasil, cabe aqui fazermos uma rápida digressão. A história nos mostra que o enfraquecimento do poder estatal repercute no plano linguístico – este é, por exemplo, o caso do Império Romano do ocidente – e que um Estado forte para se legitimar precisa de uma língua igualmente forte e homogênea, haja vista o processo de expansão territorial dos países europeus no século XV (AUROUX, 1992). Nesse caso, visando à manutenção do novo domínio, a cultura e a língua dos povos dominados eram subjugadas em prol da imposição da língua e da cultura do povo dominador, como aconteceu aqui durante a colonização brasileira. Uma vez que o povo dominado houvesse, então, adquirido a língua e a cultura do seu dominador, também haveria adquirido a identidade desse povo em detrimento da sua própria identidade e, com isso, tornar-se-iam apenas uma nação.

Contudo, contrariando as expectativas dos portugueses, no caso do Brasil, assim como em muitos outros países, o transporte (ORLANDI; GUIMARÃES, 2001) da língua do território europeu para o brasileiro “força outros contornos para a enunciação” (*idem*, p. 33), criando novas relações palavra-coisa. Ou seja, a língua portuguesa, ao ser falada num novo local-tempo, cria um novo espaço de interpretação, resignificando-se e significando as coisas do Brasil a partir do trabalho de memória do português, que tenta nomear esse novo mundo associando-o àquilo que conheceu em Portugal.

É nesse novo espaço de interpretação que a partir do efeito metafórico ocorrem os deslizamentos de sentidos, as transferências (*idem, ibidem*), que começam a diferenciar o português do Brasil do português de Portugal. Esta é, segundo Orlandi e Guimarães (*idem*), a situação enunciativa I, situação dominada pela relação unidade-diversidade. Como consequência dessa situação de ambivalência, configuram-se novas condições enunciativas, caracterizando uma situação enunciativa II (*idem, ibidem*), também regida pela relação unidade-

diversidade, em que se privilegia a prática conceitual nome-nome, em vez da operação de referenciação nome-coisa.

Tem-se, desse modo, na situação enunciativa I, a construção do objeto discursivo a partir do efeito metafórico produzido pela memória do português que associa as coisas tipicamente brasileiras às que havia conhecido em Portugal (relação nome-coisa), ao passo que, na situação enunciativa II, o que se tem é a organização, a categorização desse objeto discursivo através da metalinguagem (relação nome-nome) – em dicionários monolíngues, por exemplo (ORLANDI; GUIMARÃES, 2001).

No que tange ao processo de gramatização brasileiro, de acordo com Baldini (1999), também se podem falar em dois momentos distintos que transcorreram após a proclamação da Independência: um primeiro momento em que se visava à produção de gramáticas que colocassem em relevo as peculiaridades do português-brasileiro e um segundo momento em que se tornou necessário unificar o conhecimento metalinguístico produzido no período anterior. Foi essa necessidade que acarretou, então, a implementação da Nomenclatura Gramatical Brasileira (NGB).

### **Da instituição da Nomenclatura Gramatical Brasileira**

Com a efervescência do movimento romântico e com o desenvolvimento do processo de gramatização brasileiro, surgiram, então, as primeiras gramáticas que versavam sobre as especificidades da língua portuguesa do Brasil, usando fragmentos das obras românticas como exemplos. A gramática, enquanto objeto histórico que produz a realidade (imaginária) de uma língua homogênea, precisou, num primeiro momento, da literatura e do Estado para a instituição/legitimação da língua nacional, a qual se diferenciava da de Portugal devido às variedades de usos aqui encontradas. No entanto, como o processo de gramatização brasileiro atua sobre dois eixos: o da unidade e o da diversidade, as gramáticas ao produzirem essa realidade linguística (imaginária) funcionaram (e funcionam) como instrumento de estabilização, uma vez que pressupunham (e pressupõem) o estancamento da língua a ser gramatizada (PFEIFFER, 2001), apagando as outras variedades para

que se produzisse (produza) a ilusão de unidade e (im)pondo uma “imutabilidade” à língua.

Com isso, as práticas languageiras e seus sentidos passaram a se restringirem a um já-posto social e histórico específico (AGUSTINI, 2004) – o que (não) se pode e (não) se deve falar, assim como onde (não) se pode e (não) se deve falar, passou a estar predeterminado pela realidade linguística (imaginária) abalizada pela gramática e pelo Estado. Não podemos esquecer, contudo, que essa língua “homogênea” foi eleita dentre inúmeras variantes que, de certa forma, a constituem, ou seja, o que caracteriza a especificidade da língua portuguesa do Brasil é exatamente essa diversidade que a gramática pressupõe apagar; há um estado de tensão permanente entre a língua nacional (imaginária) e a língua portuguesa do Brasil (fluida). Daí dizermos que a política linguística implantada no Brasil é uma política do silêncio (ORLANDI, 2007a), pois ela se legitima ao silenciar aquilo que lhe é constitutivo. Ao nomear-se a língua do Brasil como língua nacional, afastam-se, silenciam-se as outras possibilidades de dizê-la, domestica-se o seu significado, unificam-se os seus sentidos e os sujeitos, atribuindo-lhes uma identidade (a nacional), que nada mais é do que a sua heterogeneidade constitutiva domesticada. O silenciamento, portanto, resultado da declinação política da significação, conforme Orlandi (*idem*, p. 53), não é uma “forma de calar mas de fazer dizer ‘uma’ coisa, para não deixar dizer ‘outras’”.

Assim sendo, quando o processo de gramatização do PB chega a este ponto, a situação estabelecida entre gramática e literatura se inverte, a gramática passa a legislar sobre o fazer literário dos autores, classificando-os como bons ou maus escritores, sendo os primeiros os que transgridem as regras gramaticais por finalidade estético-expressiva e os segundos os que deturpam, na sua visão, a língua portuguesa (AGUSTINI, 2004, p. 49). O Estado passa, então, a precisar da gramática, pois ela, “enquanto um instrumento político, participa na continuidade do Estado vigente” (*idem, ibidem*).

É somente após essa inversão que se dá o segundo momento posterior à independência brasileira no que tange ao processo de gramatização ao qual nos referimos anteriormente. Agora a Língua e o Estado já estão constituídos, mas ainda é preciso garanti-los. É nesse período que surge a necessidade de uniformização da nomenclatura (relação nome-nome) para que se possa afiançar a evidência das

referências (unidade), da exterioridade produzida pela linguagem, através da tentativa de retenção dos outros sentidos (diversidade).

As gramáticas produzidas no final do século XIX e no início do século XX, embora buscassem se distanciar do modelo português, recebiam forte influência das ideias científico-filosóficas e da tradição historicista que circulavam em outros países. Sendo assim, em decorrência das distintas filiações doutrinárias e de acordo com o ponto de vista pedagógico dos gramáticos, não tardou para que houvesse uma enorme profusão de nomes diversificados nos compêndios gramaticais, fato que, a partir de meados da década de 40 do século XX, passou a preocupar professores e principalmente os alunos que não sabiam qual terminologia adotar nos concursos oficiais prestados.

É preciso lembrar aqui que, assim como o evidenciamento das variedades de uso da língua, as filiações a distintas concepções teóricas (e, portanto, o emprego de diferentes nomes) justificavam-se devido à necessidade de constituição da língua do Brasil. Desse modo, quando a língua nacional e o Estado estão constituídos, isso não pode mais ocorrer, porque se torna necessário promover a manutenção dos limites de nossa identidade a partir da sustentação da evidência da especificidade da língua portuguesa do Brasil, uniformizando, para tanto, os elementos que a subsidiam teoricamente.

A unificação e a simplificação da nomenclatura gramatical, então, sob o argumento de que a diversidade no que concerne à denominação dos mesmos fatos gramaticais problematizava o ensino de língua portuguesa no país, começou a despertar o interesse dos professores e estudiosos da língua portuguesa em geral. Dentre os acontecimentos que culminaram na instituição da Nomenclatura Gramatical Brasileira em 1959, estão as publicações de artigos e prefácios que denunciavam a problemática suscitada ao ensino em decorrência da falta de unidade da nomenclatura gramatical. Já em setembro de 1954, de acordo com Chediak (2003), o professor Modesto de Abreu publicava um artigo no periódico “Panfleto”, no qual, a partir da pergunta sobre quantas classificações pode ter um simples adjetivo numa frase quando analisado logicamente<sup>3</sup>, exemplifica a “ideia de

---

3 Entende-se: sintaticamente.

pandemônio” provocada pela incoerência encontrada na terminologia gramatical de então (*idem*, p. 10-11)<sup>4</sup>.

Outro exemplo que denota o sentido de caos atribuído às terminologias gramaticais pré-NGB foi publicado em 1960, no livro intitulado *A elaboração da Nomenclatura Gramatical Brasileira*, por Chediak, que, a partir das respostas dadas em um concurso para ingresso na atual faculdade federal de odontologia do Rio de Janeiro, arrolou treze designações para o que hoje é denominado adjunto adnominal, a saber: 1) adjunto atributivo; 2) adjunto restritivo; 3) adjunto limitativo; 4) adjunto adjetivo; 5) adjunto determinativo; 6) adjunto demonstrativo; 7) adjunto determinativo demonstrativo; 8) complemento atributivo; 9) complemento restritivo; 10) complemento limitativo; 11) complemento adjetivo; 12) complemento qualificativo; 13) complemento do nome, não preposicionado (CHEDIAK, 1960: 88).

Tão importante quanto essas publicações foi a realização em 1956 do Congresso da Língua falada no Teatro em que se propôs, sendo considerada a pronúncia carioca “a mais perfeita do país” (CHEDIAK, 2003), que esta deveria ser usada também como língua-padrão no teatro. Além disso, em uma das Atas deste Congresso a Comissão “C” deixou registrada a proposta para que a questão gramatical em geral, e especificamente a sua nomenclatura, fosse tratada em congresso ou reunião similar. Proposta esta que, por motivos burocráticos, conforme Chediak (*idem*), foi invalidada.

A ideia de unificação e de simplificação, no entanto, apesar da primeira frustração no Congresso realizado em 1956, não foi esquecida. Como Chediak (*idem*) nos relata, em abril de 1957, após mais um rotineiro expediente, no gabinete do então diretor Celso Cunha, essa questão foi retomada, e a Portaria, que foi assinada pelo ministro da educação Clóvis Salgado, foi expedida, designando os seguintes professores como membros da Comissão responsável pela elaboração do Anteprojeto: Antenor Nascentes, eleito o presidente da Comissão; Clóvis do Rego Monteiro; Celso Ferreira da Cunha; Carlos Henrique da Rocha Lima, eleito secretário e indicado relator; e Cândido Jucá (Filho) – todos professores catedráticos do Colégio Pedro II.

---

4 A construção do pré-construído – marca discursiva que evidencia um sentido “já-dito” – de desordem no que tange ao discurso gramatical pré-NGB antecede, na verdade, essa publicação. Conforme Baldini, em “50 palavras em 5” (2010), em Nascentes (1921) já se depreendia esse sentido.



Quanto à diversidade terminológica encontrada nos manuais gramaticais deve-se aqui tecer um comentário. A Comissão responsável pela elaboração da NGB desde o início partiu do princípio de que as diferentes gramáticas à época abordavam os mesmos fatos gramaticais para os quais dariam diferentes nomes. Essa posição refletiu na nomenclatura oficial, cujo objetivo ficou sendo, então, acabar com a multiplicidade nomenclatural, adotando a designação que seria, conforme a comissão, a “mais simples” e “mais geral”, como podemos notar nas Normas Preliminares de Trabalho estabelecidas pelos membros da Comissão já na primeira sessão:

- I As deliberações seriam tomadas pelo voto da maioria;
- II A escolha de cada um dos nomes se fará depois de realizado o levantamento das várias designações correntes nas obras dos autores nacionais consagrados;
- III Tal seleção atenderá a tríplice aspecto: A exatidão científica do termo; A sua vulgarização internacional; A sua tradição na vida escolar brasileira.
- IV *Eliminar-se-ão as denominações múltiplas, optando-se por aquela que, além de mais simples, for de uso mais geral* (CHEDIAK, 1960, p. 11). [itálico meu]

Em consonância com o pensamento de Baldini (1999), a nosso ver, poder-se-ia pensar numa diferenciação na relação palavra-coisa decorrente das diferentes filiações doutrinárias e de fatores de ordem subjetiva assim como está pressuposto nas Normas Preliminares de Trabalho estabelecidas pela Comissão responsável pela elaboração da terminologia oficial, na medida em que cada doutrina significasse – interpretasse – o mesmo referente de forma diferente de acordo com a sua motivação ideológica. Do ponto de vista discursivo, no entanto, o que se tem é um efeito de referencialidade – o referente é construído no e pelo discurso através dos gestos de interpretação. Não há, portanto, e isto em função das formações imaginárias, através das quais o sujeito significa o seu interlocutor, o referente e a si mesmo, uma relação óbvia entre palavra e coisa. Diante do objeto, o sujeito, condenado a significar, tenta apreendê-lo atribuindo-lhe sentido, mas, como o real é impossível de ser apreendido em sua totalidade, o que se tem é a produção de *uma* interpretação, a qual, por sua vez, é sempre regida pelas condições de produção específicas que lhe colocam como óbvios determinados sentidos.

## Do acontecimento ao silenciamento – a questão da autoria nas gramáticas dos séculos XIX-XX

Dissemos anteriormente que a política linguística implantada no Brasil é uma **política do silêncio**. É preciso agora entender melhor essa noção. Eni Orlandi (2007a) diferencia dois tipos de silêncio. O primeiro tipo de silêncio a que a autora se refere é o *silêncio fundador*, o qual caracteriza-se pela multiplicidade de sentidos e antecede a linguagem. O outro tipo de silêncio a que Orlandi faz referência é a *política do silêncio*. Segundo Orlandi (*idem*), a política do silêncio subdivide-se ainda em a) **silêncio constitutivo** e b) **silêncio local**. O silêncio constitutivo refere-se à possibilidade de o sentido ser sempre outro. Por trás das palavras ditas há sempre outras palavras não ditas. A escolha de uma palavra em detrimento de outra é definida pela Formação Discursiva (FD)<sup>5</sup> em que o sujeito se inscreve por identificação. Já o silêncio local refere-se à censura, isto é, àquilo que numa dada conjuntura não se pode dizer, porque é proibido. Não nos aprofundaremos aqui nesse conceito. Mais adiante será necessário retomar a noção de censura, mas, por ora, a definição que aqui deixamos faz-se satisfatória. É antes preciso, no entanto, para entender o raciocínio que estamos desenvolvendo, trazeremos um outro conceito: o de **acontecimento discursivo** (PÊCHEUX, 2006).

Segundo PÊCHEUX (*idem*, p. 19), o acontecimento discursivo é o encontro de uma atualidade com uma memória, isto é, diante de um fato pontual (de um acontecimento histórico), há uma proliferação de discursos que, a partir de gestos interpretativos, visam significá-lo, filiando-o, para tanto, ao passado, aos outros sentidos que já fazem parte da memória discursiva. A partir dessa filiação e dos gestos de interpretação, tem-se, então, uma ebulição de sentidos a partir da qual se estabilizará um sentido dominante que passará a ser repetido, tornando-se evidência. É sob esse aspecto que consideramos a instituição da NGB um acontecimento discursivo e propomos aqui a sua correlação com o silêncio, mais especificamente com a política do silêncio.

A implementação da NGB em 1959 (acontecimento histórico), ao silenciar determinados sentidos em prol de uma designação “mais simples” e “mais geral”,

---

<sup>5</sup> As FD's são lugares de produção de sentido nos quais os sujeitos podem inscrever-se mediante identificação, significando a si mesmos, ao passo que significam o mundo que os rodeia.

promoveu uma ruptura no discurso gramatical brasileiro que alterou as redes de filiações significativas, reorientando e estabelecendo novos limites para o discurso gramatical (acontecimento discursivo). O silêncio implantado pela NGB é, portanto, da ordem da censura, pois se trata de uma imposição, de um silenciamento, uma tentativa de controle dos sentidos que, sendo constitutivamente da ordem do ideológico, pressupõe o evidenciamento de um sentido uno, antagônico ao(s) silenciado(s), e regula a relação do sujeito com o dizível.

A nosso ver, portanto, a NGB se configura enquanto um acontecimento discursivo porque ela coloca em questão a “reestruturação da memória discursiva e das relações de sentido que ela possibilita” (ZOPPI-FONTANA, 2003, p. 206). Tal reestruturação se dá a partir do jogo entre silenciamento e evidenciamento dos sentidos presentes na tradição gramatical pré-NGB.

Embora ser gramático no século XIX significasse assumir uma posição de autonomia diante da produção do saber metalinguístico (ORLANDI, 2002), a produção desse saber se deu a partir da filiação ao modelo das gramáticas latinas, às ideias científico-filosóficas em voga na Europa e aos estudos referentes à gramática histórica. Tais filiações, ainda que contribuíssem, a partir dos distintos gestos de interpretação, para a existência de divergências nomenclaturais, contribuíram também para a configuração de uma tradição de estudos gramaticais que passaram a constituir a memória do discurso gramatical e que, portanto, ainda que muitas vezes em movimentos independentes, já se inscreviam no repetível. Havia, assim, já nessa época, até certo ponto, repetição de sentidos no que tange ao fazer metalinguístico do século XIX. No entanto, como nenhum ritual está isento de falhas (PÊCHEUX, 1997, p. 301), a ruptura com esse fazer do século XIX e a reestruturação da memória discursiva é possível e ocorre efetivamente com a implementação da NGB.

Como vimos, a NGB coloca em funcionamento uma censura que impede que o sujeito se identifique a determinados sentidos que, assim como os sentidos legitimados, também fazem parte da memória do discurso gramatical. Há, portanto, com a instituição da terminologia oficial, uma reestruturação da memória já existente do discurso gramatical, em que se estabelece aquilo que deve ser lembrado e dito e aquilo que deve ser esquecido e não dito.

Segundo Baldini (2010):

Após a NGB, o discurso gramatical ganha uma consistência que impede o processo de autoria. Desse modo, o *acontecimento discursivo* que a NGB constitui é precisamente este: trata-se de um texto que se desvincula de seus criadores, que se impõe (pelo Estado, nesse caso) e que limita o acaso do discurso. Após a NGB, toda gramática deve citar e cita a NGB, ou melhor, tem como corpo de seu texto a NGB. (*idem, ibidem*) [itálico meu]

É nesse sentido que afirmamos anteriormente que a terminologia oficial regula a relação do sujeito com o dizível; ela se inscreve no repetível, na memória já existente, elegendo nesta uma região de sentidos possíveis. Tal região se coloca, devido ao efeito da censura sobre a qual discorremos acima, como a única memória possível (de ser lembrada, de ser dita) para o discurso gramatical pós-NGB, impedindo, assim, que o sujeito se identifique a outros sentidos e restringindo, ou pelo menos modificando, a função do gramático enquanto autor de compêndios gramaticais.

É preciso lembrar aqui que a censura, conforme Orlandi (2007a), não é da ordem da constituição, mas da formulação, ela não age sobre a memória do dizer, e sim sobre aqueles sentidos que poderiam ser ditos (que um dia já foram ditos, neste caso), mas foram proibidos. Por isso, dissemos que a NGB promove a reorganização da memória já existente. O silêncio local diz respeito, então, nas palavras de Orlandi (2007a), à:

(...) interdição da inscrição do sujeito em formações discursivas determinadas, isto é, proibem-se certos sentidos porque se impede os sujeitos de ocuparem certos lugares, certas posições. Se se considera que o dizível define-se pelo conjunto de formações discursivas em suas relações, a censura intervém a cada vez que se impede o sujeito de circular em certas regiões determinadas pelas suas diferentes posições. Como a identidade é um movimento, afeta-se assim esse movimento. Desse modo, impede-se que o sujeito, na relação com o dizível, identifique-se com certas regiões do dizer pelas quais ele se apresenta como (socialmente) responsável, como autor (*idem*, p. 104).

Há duas palavras-chave para a nossa análise no inserto acima: autor e identidade. A noção de autoria trabalhada pela AD foi depreendida a partir da proposta de Foucault (2007), para quem há mecanismos internos de exclusão, tais como o comentário e o autor, que são observados quando os discursos eles mesmos exercem seu próprio controle, “a título de princípio de classificação, de

ordenação, de distribuição, como se tratasse, dessa vez, de submeter outra dimensão do discurso: a do acontecimento e do acaso” (*idem*, p. 21).

Para a AD, assim como para Foucault (*idem*), o autor pode ser entendido como um “princípio de agrupamento do discurso, como unidade e origem de suas significações, como foco de sua coerência” (*idem*, p. 26), mas, distanciando-se da proposta deste, da nossa perspectiva a autoria não se restringe a ocasiões especiais em que se dá uma enunciação original; em AD, existe autoria sempre que um sujeito se coloca (supõem estar) na origem do dizer, produzindo um texto com unidade, coerência, não-contradição e fim. Do nosso ponto de vista, portanto, a autoria é uma função exercida pelo sujeito discursivo que se distingue da posição de enunciador.

De acordo com Orlandi (2007c, p. 97), “o que caracteriza a autoria é a produção de um gesto de interpretação, ou seja, na função-autor, o sujeito é responsável pelo sentido do que diz (...). O modo como ele faz isso é que caracteriza sua autoria. Como, naquilo que lhe faz sentido, ele faz sentido. Como ele interpreta o que o interpreta”.

Chegamos, assim, a um ponto crucial em relação à noção de autoria. Em AD, quando se fala em autor, não se está pensando em traços característicos da subjetividade ou da identidade do autor “y” ou “x”. A função-autor é uma injunção ao dizer, ou seja, o sujeito se vê impelido a se tornar autor e, portanto, a interpretar. A autoria caracteriza-se, assim, por um gesto interpretativo, o qual evidencia um lugar, uma posição discursiva, e não uma subjetividade. O sujeito subjetiva-se, isto é, se significa ao identificar-se com determinados sentidos, ao inscrever-se em determinadas formações discursivas, mas esse processo lhe passa despercebido. A identidade, nessa perspectiva, será, então, “esse processo de apagamento do processo de identificação considerado como processo de interpelação do indivíduo em sujeito” (Medeiros, 2003, p. 46). Trata-se, pois, de um apagamento necessário, uma vez que a ilusão de identidade é justamente o que possibilita a identificação ideológica do sujeito; em outras palavras, é uma construção imaginária que silencia ou evidencia sentidos para a função-autor de compêndios gramaticais, por exemplo.

Como vimos, a independência foi um acontecimento histórico fundamental para o desenvolvimento do processo de gramatização brasileiro. Os gramáticos do século XIX, ao deslocarem o local de produção do saber sobre a língua de Portugal para o Brasil, fazem de suas gramáticas o lugar onde é trabalhada a relação dos

cidadãos brasileiros com sua língua e assumem uma posição de autoridade em relação ao estabelecimento das especificidades do português-brasileiro. A construção da (ilusão de) unidade linguística e dos saberes metalinguísticos, como a gramática, constituem, então, nesse momento em que se prega a ruptura com Portugal, os alicerces para a formação do Estado brasileiro, pois asseguram a nossa identidade nacional. Desse modo, conforme Orlandi (2002):

O surgimento da posição-autor *gramático brasileiro* produz um conhecimento linguístico legítimo da língua que corresponde a um gesto de apropriação da própria língua, e legitima a relação do brasileiro com a escrita. Ao assinar a gramática, os gramáticos brasileiros, no século XIX, tomam posição no movimento social de construção da história brasileira na formação do Estado, na organização da sociedade brasileira com suas instituições em que as do saber ocupam um lugar importante e, finalmente, assumem uma posição na história das ideias (*idem*, p. 192). [itálico da autora]

Com a instituição da NGB, no entanto, o papel assumido pelo gramático se altera. As gramáticas do século XIX responsáveis pela produção de um saber sobre a língua são, devido à diversidade terminológica, desautorizadas pelo Estado, e os gramáticos perdem o lugar de autor que tinham até então, isto é, a produção do saber científico sobre a língua deixa de ser de sua competência, e a autoria nos compêndios gramaticais passa a funcionar de outra forma.

Segundo Baldini (1999), há dois momentos no que diz respeito à função do autor no período pós-NGB: um primeiro momento de interpretação da nomenclatura – período em que os gramáticos buscam dar sentido à terminologia oficial, submetendo-se à proposta do Estado e restringindo-se a comentá-la – e um segundo momento de repetição – uma vez que os sentidos já estão instituídos, resta ao gramático repeti-los. Para melhor entendermos a divisão periódica proposta por Baldini (*idem*), retomamos aqui a definição de acontecimento discursivo em sua relação com a implementação da terminologia oficial. Dissemos anteriormente que, diante do fato novo (a NGB), há uma proliferação de discursos que a partir de gestos interpretativos visam significá-lo (período interpretativo), filiando-o, para tanto, ao passado, aos outros sentidos que já fazem parte da memória discursiva (lembramos aqui que os nomes legitimados pela NGB já faziam parte da memória do discurso gramatical). A partir dessa filiação e dos gestos de interpretação, tem-se, então, uma ebulição de sentidos (interpretações distintas) a partir da qual se estabilizará um

sentido uno que passará a ser repetido (período de repetição), tornando-se evidência.

Durante o período de interpretação, conforme Baldini (*idem*), além da realização de concursos de interpretação da NGB, há uma abundância de publicações que visam atribuir sentido ao “vazio” – ou melhor, ao silêncio – implantado pelos nomes propostos pela nomenclatura oficial, comentando-a, explicando-a e exemplificando-a – como a do próprio presidente da Comissão, Antenor Nascentes, **Curso de português em conformidade com a nova nomenclatura gramatical brasileira**. Nesse momento, no entanto, surgem também publicações que visam deslegitimar o discurso da NGB. Na verdade, essa tentativa de deslegitimação do seu discurso precede a sua publicação e evidencia a polêmica instaurada a partir do momento em que se deu a sua formulação. Este é o caso, por exemplo, do livro do professor Cândido Jucá (Filho), também membro da Comissão, **132 restrições ao Anteprojeto de Simplificação e Unificação da Nomenclatura Gramatical Brasileira**<sup>6</sup>, que foi publicado antes mesmo de o Anteprojeto ser aprovado e enviado ao ministro.

Apesar dessas polêmicas, a NGB, passado esse período interpretativo, estabilizou-se, isto é, naturalizou-se como a única memória possível para o discurso gramatical brasileiro. De fato, o poder coercitivo engendrado pela terminologia oficial é tal que hoje há um efeito de colamento entre nome e referente. Pergunte, por exemplo, a qualquer um estudante brasileiro quais são os tipos de complementos verbais encontrados na voz ativa. A resposta será imediata: objeto direto e objeto indireto. Apagam-se os outros sentidos, apaga-se o processo de naturalização desses sentidos e tem-se apenas a evidência.

A NGB, portanto, ao iniciar o processo que evidenciou determinados sentidos e silenciou outros, fundou uma memória coletiva (ORLANDI, 2007b), que se estabelece até hoje através da repetição dos sentidos instituídos no período interpretativo, “inaugurando um saber discursivo que passa a ser a referência para que a terminologia faça sentido” (BALDINI, 1999, p. 81).

Em outras palavras, a instituição da NGB fez surgir uma nova subjetividade para os gramáticos, ao instaurar uma nova formação discursiva

---

6 A versão primeira deste livro foi enviada à Comissão responsável pela elaboração da terminologia oficial sob a forma de correspondência.

dominante, na qual os sujeitos passaram a se inscrever, uma vez que não era mais possível, por diversos motivos (COSTA, 2010), identificarem-se aos saberes legitimados pelas FDs anteriores. Trata-se, pois, de uma ruptura radical e definitiva: a implementação da NGB promoveu o impedimento no processo de identificação por parte dos sujeitos gramáticos em relação às FDs anteriores e aos saberes legitimados por elas, fazendo com que eles migrassem para a FD pós-NGB (COSTA, 2010). O sujeito, ao ser interpelado pela ideologia, identifica-se a uma FD atribuindo sentido a si mesmo e ao mundo. Com a NGB, o sujeito, antes inscrito em uma FD e, portanto, identificado aos seus saberes, desidentifica-se desta para identificar-se a outra. É muito importante frisar que essa desidentificação só ocorre, quando, conforme Indursky (2008), o sujeito já está, de forma inconsciente, identificado a outro domínio de saber, e isto porque, sendo o homem **um animal ideológico** (PÊCHEUX, 1997, p. 152), ele “sempre está identificado a alguma ideologia, seja ela qual for” (INDURSKY, 2008, p. 15).

A instauração de uma nova FD dominante (FD pós-NGB) implica, portanto, a reorganização dos saberes já existentes e também a produção de uma nova forma-sujeito. Ou seja, com a instituição da NGB, a memória do discurso gramatical brasileiro é reestruturada e, em decorrência dessa reestruturação, tem-se a restrição do movimento de autoria dos sujeitos gramáticos. A terminologia oficial passa a legislar sobre o fazer gramatical determinando os nomes que não podem e não devem comparecer nas gramáticas e também aqueles que podem e devem nelas comparecer.

É preciso lembrar, no entanto, que os sentidos não brotam do nada. Desse modo, os saberes (re)produzidos pela FD instaurada com a instituição da NGB para fazerem sentido, a partir dos gestos interpretativos, são filiados à memória do discurso gramatical brasileiro antecedente. Com isso, ambas as FDs, as que compunham a memória pré-NGB e a então instaurada FD pós-NGB, passam a fazer igualmente parte desta memória, isto é, do interdiscurso<sup>7</sup>. Porém, o funcionamento destas distingue-se: as FDs pré-NGB estão censuradas, o que significa que os sujeitos gramáticos estão impedidos de inscreverem-se nela; já a FD pós-NGB

---

7 Interdiscurso ou memória discursiva é a memória de todo dizer. O interdiscurso funciona antes, em outro lugar e independentemente do sujeito, e sua mobilização ocorre todas as vezes que o sentido é produzido.



constitui a memória coletiva, oficial, legitimada e imposta pelo Estado e pelas práticas discursivas. A esta FD os sujeitos-gramáticos podem e devem filiar-se, mas também podem resistir, questionar e fugir (COSTA, 2010).

Como vimos, a terminologia que comparece na NGB já pertencia à memória do discurso gramatical e, por isso, já possuía sentido(s) de acordo com as formações discursivas em que estava inscrita. Daí, em conformidade com Orlandi (2002) e Baldini (1999), dizermos que a NGB regula a relação do sujeito com o dizível e modifica o papel do gramático enquanto autor, pois, além de interditar determinadas regiões de sentido, impedindo que o sujeito se filie a determinadas formações discursivas e se coloque como responsável por determinados sentidos, o papel que ela destina a ele – definir e exemplificar a sua lista de nomes – está também de certa forma limitado pelos sentidos que já compunham a memória do discurso gramatical. Porém, ainda que os termos instituídos pela NGB possuam essa memória, durante o período interpretativo, a partir de inscrições em diferentes formações discursivas, podem/poderiam ter sido atribuídos novos sentidos a eles, os quais, posteriormente, podem/poderiam tornar-se evidências.

Desse modo, devido à (re)significação de uns nomes e o silenciamento de outros, a partir do evidenciamento dos sentidos instituídos/legitimados na e pela NGB, a memória do discurso gramatical é reestruturada, criando-se no interdiscurso uma outra região de sentidos que diz respeito ao discurso gramatical pós-NGB (FD pós-NGB). A memória instaurada a partir da NGB coloca-se sobre a memória do discurso gramatical que a antecede, sustentando-se sobre esta e pressupondo a sua estagnação e o total controle dos seus sentidos, ao mesmo tempo em que, paradoxalmente, significa-se a partir dos sentidos que constituem essa memória antecedente.

A NGB, desse modo, caracteriza-se como um discurso sobre o discurso gramatical (BALDINI, 1999), porque organiza, disciplina e (se sustenta sobre a ilusão de que) reduz a memória discursiva, instituindo sentidos e transformando-os em evidências. É necessário lembrar aqui que, embora a NGB tenha sido elaborada por uma Comissão composta por catedráticos, para que se legitime enquanto discurso oficial, ela teve, conforme Baldini (*idem*), sua autoria e as condições históricas em que foi produzida apagadas, tornando-se **A Gramática**, isto é, tudo o que pode ser dito sobre a Língua Portuguesa do Brasil. Desse modo, se as gramáticas são,

conforme Baldini (*idem*), um discurso sobre a língua em primeiro nível, as nomenclaturas se apresentam como um discurso sobre o discurso gramatical e, portanto, sobre a metalíngua, e como um discurso de segundo nível limitam o papel de autoria dos gramáticos, pois, como vimos, estipulam o dizível e o indizível.

O silêncio imposto pela NGB, então, funciona diferentemente em cada um dos períodos que sucedem a sua implementação. Ela, no primeiro momento, censura certos nomes (silêncio local) e institui outros, os quais devolve aos gramáticos para que sejam (re)significados, mas, a partir do momento em que se tem a (a ilusão de) estabilização do movimento dos sentidos, ela opera a legitimação das evidências de modo a criar a impressão de que os sentidos só poderiam ser aqueles (silêncio constitutivo).

A censura, apesar disso, não para, pois este silêncio é da ordem da formulação e, por isso, não interfere na memória do dizer. Os sentidos presentes no discurso gramatical anterior à NGB que foram silenciados, embora não façam parte oficialmente da memória instaurada pós-NGB, continuam a fazer parte da memória do discurso gramatical. Além disso, “como todo dizer é uma relação fundamental com o não-dizer” (ORLANDI, 2007a, p. 12) – e essa é uma questão intrínseca à própria noção de formação discursiva –, o não-comparecimento no discurso oficial dos sentidos proibidos garante a manutenção da ilusão de unidade dos estudos gramaticais e, portanto, da língua nacional necessários aos objetivos do Estado: trabalhar as especificidades da língua portuguesa do Brasil de modo a constituí-la como língua única e nacional, sustentando o seu afastamento do português-europeu e, conseqüentemente, de Portugal; mas, conforme Orlandi (*idem*: 13), não impede o seu reaparecimento em outros lugares – os sentidos silenciados não param, apenas mudam de caminho.

Pensando na relação entre o gesto de autoria e a noção de silêncio sobre os quais discorremos anteriormente, empregaremos, assim como Baldini (1998-1999), a definição de comentário de Foucault (2007) para caracterizar as gramáticas publicadas no período interpretativo. À luz do pensamento desse autor, podemos afirmar que há um desnível entre o primeiro texto, a NGB, e os textos segundos, as gramáticas publicadas posteriormente, que desempenha dois papéis solidários e paradoxais. Ao mesmo tempo em que há “uma possibilidade aberta de falar” (*idem*: 25) que se funda em decorrência do seu estatuto sempre reatualizável e do sentido

múltiplo ou oculto que perpassa o texto primeiro, os comentários estão fadados a repetir o texto que comentam. O comentário, diz Foucault (*idem*):

Não tem outro papel, sejam quais forem as técnicas empregadas, senão o de dizer *enfim* aquilo que estava articulado silenciosamente no *texto primeiro* (...), dizer pela primeira vez aquilo que, entretanto, já havia sido dito e repetir incansavelmente aquilo que, no entanto, não havia jamais sido dito. (...) O comentário conjura o acaso do discurso fazendo-lhe sua parte: permitindo-lhe dizer algo além do texto mesmo, mas com a condição de que o texto mesmo seja dito e de certo modo realizado. (...) O novo não está no que é dito, mas no acontecimento de sua volta (*idem*, p. 25-26). [itálicos do autor]

As gramáticas interpretativas, portanto, repetem os termos instituídos pela NGB, a partir da sua filiação à memória discursiva, ao interdiscurso, (re)significando-os, conforme a formação discursiva a que se filiam — no caso a FD pós-NGB —, e operando, a partir disso, o seu evidenciamento. Esta repetição a que nos referimos não representa mero exercício mnemônico, mas se caracteriza pela inscrição do dizer no repetível, ou seja, no interdiscurso. Só é passível de ser dito aquilo que é passível de ser repetido, isso porque, quando se trata de repetição histórica (ORLANDI, 2007b, p. 70-71), o que está em jogo é a questão da interpretação. “Para que uma palavra faça sentido é preciso que ela tenha sentido” (*idem, ibidem*) – daí a necessidade de filiar os nomes instituídos pela NGB à memória antes de (re)significá-los.

### **Por fim, o lugar da gramática normativa no século XX**

Como vimos ao longo deste artigo, do século XIX, quando surgiram as primeiras gramáticas engajadas em descrever as especificidades da língua portuguesa do Brasil, até meados do século XX, o nome do autor era o que garantia a credibilidade dos compêndios gramaticais. Os gramáticos eram, naquele momento, os responsáveis pela produção de um saber linguístico legítimo sobre a língua; e a gramática acumulava três funções: era um instrumento pedagógico (produzindo nas escolas o efeito de homogeneidade linguística), intelectual (no que diz respeito à produção do saber metalinguístico a partir das diferentes concepções doutrinárias) e político (atuando ao lado do Estado no processo de afirmação da identidade nacional). Porém, com a instituição da NGB e com a projeção da ciência

Linguística no Brasil, em meados da década de 60 do século XX, o discurso gramatical passou a ser controlado pelo Estado, as gramáticas em conformidade com os modelos do século XIX foram deslegitimadas, e os gramáticos foram destituídos da sua posição de autor tal como era concebido até então. Em outras palavras, a implementação da terminologia oficial, conforme Agustini (2004), apagou a autoria da gramática do modo como era compreendida e produziu um efeito de universalização das regras e, conseqüentemente, do discurso da gramática.

## Referências

AGUSTINI, C. L. H. **A estilística no discurso da gramática**. Campinas, SP: Pontes, Fapesp, 2004. 232 p.

AUROUX, S. **A revolução tecnológica da gramatização**. Trad. Eni P. Orlandi. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1992. 196 p.

BALDINI, L. J. S. **A nomenclatura gramatical brasileira interpretada, definida, comentada e exemplificada**. 1999. 77f. Dissertação (Mestrado em Linguística). Instituto de Letras, Universidade Federal de Campinas, Campinas, 1999.

\_\_\_\_\_. NGB e a autoria no discurso gramatical. In: **Línguas e conhecimentos linguísticos**. SP: Pontes, Nº 1, 1998, p. 77-85.

\_\_\_\_\_. “50 palavras em 5”. In: MARIANI; MEDEIROS (org). **50 em 5: ideias linguísticas no período JK**. Campinas; Rio de Janeiro: RG; FAPERJ, 2010. v.1. 181p.

CHEIDIAK, A. J. Nomenclatura e língua portuguesa. Rio de Janeiro: Instituto de Letras UERJ, 2003. Separata de: Henriques (org). **Cadernos de Língua Portuguesa do Instituto de Letras da UERJ** – Especial 40 anos de Nomenclatura Gramatical Brasileira. Ano III – v. 1 – n.º 4. Reedição ampliada – Rio de Janeiro: Instituto de Letras UERJ, 2003. p 9-19.

\_\_\_\_\_. (Org). **Nomenclatura gramatical brasileira e sua elaboração**. Diretoria do Ensino Secundário, 1960. 234p.

COSTA, T. de A. de. **Gramáticas pós-NGB: dos discursos oficial a outros discursos (im)possíveis**. 2010. 130fl. Dissertação (Mestrado em Língua Portuguesa). Instituto de Letras, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

FOUCAULT, M. **A ordem do discurso**. 15ª ed. São Paulo: Loyola, 2007. 67p.

GUIMARÃES, E. Sinopse dos estudos do português no Brasil: a gramatização brasileira. In: GUIMARÃES, E.; ORLANDI, E. (org.). **Língua e Cidadania: o português do Brasil**. Campinas, SP: Pontes, 1996. p. 127-138.

INDURSKY, F. Unicidade, desdobramento, fragmentação: a trajetória da noção de sujeito em Análise de discurso: MITTMANN, S., GRIGOLETTO, E. e CAZARIN, E. (Orgs.). **Práticas discursivas e identitárias**: sujeito e língua. Porto Alegre: Nova Prova, 2008, p.11-27.

MEDEIROS, V. G. **Dizer de si através do outro**: do heterogêneo no identitário brasileiro. 2003. 300f. Tese (Doutorado em Linguística). Instituto de Letras, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2003.

ORLANDI, E. P. **As formas do silêncio**. 6 ed. – Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007a. 126p.

\_\_\_\_\_. **Interpretação**: autoria, leitura e efeitos de trabalho simbólico. 5 ed. – Campinas, SP: Pontes Editores, 2007b. 157p.

\_\_\_\_\_. **Análise de discurso** – princípios e procedimentos. 7 ed. – Campinas, SP: Pontes, 2007c. 125p.

\_\_\_\_\_. **Língua e conhecimento linguístico**: para uma história das ideias no Brasil. São Paulo: Cortez, 2002. 267p.

\_\_\_\_\_. **Terra à vista** – Discurso do confronto: velho e novo mundo. 2ª ed. Campinas, SP: Ed. da Unicamp, 2008.

ORLANDI, E. P.; GUIMARÃES, E. Produção de um espaço de produção linguística: a gramática no Brasil. In: ORLANDI, E. (org) **História das ideias linguísticas: constituição do saber metalinguístico e constituição da língua nacional**. Campinas, SP: Pontes, 2001. p. 21-38.

PÊCHEUX, M. **O discurso**: estrutura ou acontecimento? 4ª ed. Trad. Eni P. Orlandi. Campinas, Pontes, 2006. 63p.

\_\_\_\_\_. **Semântica e discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. 3 ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1997. 298p.

PFEIFFER, C. C. A língua nacional no espaço das polêmicas do século XIX/XX. In: ORLANDI, E. (org). **História das ideias linguísticas**: constituição do saber metalinguístico e constituição da língua nacional. Campinas, SP: Pontes, 2001. p 167-184.

ZOPPI-FONTANA, M. Identidades (in) formais: contradição, processos de designação e subjetivação na diferença. In: **Revista Organon**. v. 17. Nº 35, 2003. p. 35-57